

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pressão por reajuste salarial 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Perfume vira água de colônia para fugir de tributação caótica no país 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lentidão de auditores acende alerta nos portos 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Funcionalismo eleva pressão por reajuste salarial no ano que vem 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por falhas cadastrais, fisco trava 50 mil CNPJs 10

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve pode parar aduanas no país 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Implantação do PPP eletrônico é adiado para 2023 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Promotores e procuradores pedem reajuste 13

VALOR ONLINE - VALOR JURÍDICO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf terá pela frente Didi, Assembleia de Deus e Petrobras 14

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Paralisação de auditores da receita federal 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria mais difícil a partir do dia 1º 16

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA/BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Quem pode pedir revisão do benefício em 2022 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Tesouro quer lançar título voltado para aposentadoria 20

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Diadema oferece curso de preparação para a aposentadoria 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Projetos no Congresso estabelecem regras para empresas 23

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Exclusão do ISS do cálculo do PIS/Cofins beneficia construção 25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incidência do PIS/Cofins na base da CPRB 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira fixa base de Bolsonaro, mas trava em reformas e na "pauta da vingança" 27

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Agências bancárias funcionam para o público até quinta-feira 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Risco de maior inadimplência cresce com estagflação 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Especialistas recomendam contribuir cedo e evitar taxas 32

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Economistas veem Selic em 11,75% ao fim do próximo ano 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Em meio à baixa liquidez, Ibovespa inicia semana em alta 34

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Projeção para IPCA de 2021 cai 35

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Índice de confiança atinge o menor patamar em 1 ano, aponta a FGV 36

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Retrospectiva 2021 - O que aconteceu com economia? (Artigo) 37

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

O quão livre será o Brasil em 2022? (Artigo) 39

Pressão por reajuste salarial

Cristiane Noberto

Servidores de carreira do Ministério Público Federal (MPF) manifestaram, ontem, consternação com a falta de previsão do reajuste salarial à categoria. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) enviou um ofício à Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando adoção de medidas necessárias para a recomposição dos subsídios. Ao mesmo tempo, os auditores fiscais da **Receita Federal** deflagraram uma greve geral até que o governo federal atenda ao apelo da categoria.

Manoel Murrieta, presidente da Conamp, afirmou que os servidores de carreira do órgão estão sem recomposição salarial desde 2015 e a defasagem chega a 44%. De acordo com o promotor de justiça, a categoria não tinha expectativas de ter recomposição de subsídio. Contudo, a sinalização do governo em reajustar o salário apenas de uma categoria (Polícia Federal) acendeu "um sentimento amargo para o MP".

"A gente entende que se há espaço para um ou outro tem que ser feito para todos. Nada contra recomposição ou reestruturação para carreiras A ou B, mas é preciso ter isonomia. Se há espaço financeiro para reajuste de uma categoria deve haver para todos", salientou. A questão foi encaminhada à PGR e, segundo o presidente, é de interesse do Judiciário também, por serem os mesmos subsídios.

Murrieta ainda afirmou que os servidores de carreira do MP não cogitam paralisação, pois há outras formas de se chamar a atenção do poder público para a causa. Contudo, a categoria considera a possibilidade de judicializar a questão. "Podemos, sim, judicializar. Mas não há como especular isso muito antes do texto final da lei orçamentária. Apesar de a verba ter sido dimensionada de que era em favor de apenas uma determinada classe, na lei não há essa vinculação. É preciso ter redação final para fazer uma avaliação segura. Porém, se for acontecer, não será para evitar que alguém receba (o reajuste), mas para estender para todas as categorias, para evitar a quebra da isonomia", frisou.

De acordo com o promotor, ainda que haja escalonamento, quando há uma progressão para aumentos e reajustes, deve ser feito com congruência e igualmente.

O Orçamento deve ser sancionado nos próximos 15 dias e o presidente Jair Bolsonaro (PL) também sofre

pressão de outras categorias. Os auditores fiscais, que entraram em greve ontem, exigem uma audiência com o governo para retornar às atividades. Em nota divulgada à imprensa, o Sindifisco destacou o prejuízo às alfândegas, portos e aeroportos, e pontos de fronteira do país, com maior lentidão nas importações e exportações. De acordo com o sindicato, ainda que no fim do ano tenha menor impacto, a paralisação deve avançar para janeiro, período de maior movimentação e conseqüentemente, maior desgate.

"Sindifisco continua aguardando reunião com o governo. Foi solicitada audiência com o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), o único a estar esta semana em Brasília, mas até o momento não se obteve resposta concreta de que as lideranças sindicais serão recebidas. Enquanto não houver uma sinalização inequívoca por parte do governo de que a pauta da categoria será atendida, o movimento tende a recrudescer", dizia a comunicação dos auditores. Até o momento, a entrega de cargos teve a adesão de 738 auditores em postos de chefia, com 93% dos delegados (chefes de unidade) do país.

Elite

O Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), representante das mais altas carreiras do funcionalismo público, planeja se reunir com a categoria amanhã. A ideia é debater a possibilidade de uma greve geral para as próximas semanas. O presidente da entidade, Rudinei Marques, destaca que a situação do presidente Bolsonaro em oferecer a verba a apenas profissionais de segurança federal "pegou muito mal para todo o funcionalismo". "O legislativo federal, Tribunal de Contas da União, Judiciário, **Receita Federal**, todos se manifestaram. Então, essa situação criou um desconforto muito grande. Ainda que nós saibamos que os policiais também têm salários defasados, nós precisamos olhar para o conjunto do funcionalismo. Isso nos permite verificar que mais de 80% (dos funcionários públicos) estão com os salários congelados desde 2017, e, agora, em um contexto que a **inflação** está a mais de 2 dígitos", disse ao Correio.

Perfume vira água de colônia para fugir de tributação caótica no país

Eduardo Cucolo são paulo

Provocado a definir se um determinado alimento deveria ser classificado como biscoito ou bolo para fins de tributação, um tribunal inglês decidiu que só seria possível chegar a uma conclusão se fosse considerado o que acontece com o produto após seu vencimento. Se ficar mole, é biscoito; se ficar duro, é bolo.

O exemplo citado pela professora Rita de la Feria, da Universidade de Leeds (Inglaterra), em audiência no Congresso brasileiro sobre a **reforma tributária** em 2020, ilustra um problema causado pela dificuldade de sistemas nos quais se aplicam alíquotas diferenciadas para cada produto.

No Brasil, também são inúmeros os casos que geram disputa, aumentando o contencioso tributário, dada a grande quantidade de **tributos** sobre o consumo e as inúmeras regras de **classificação**. Algumas delas, com diferenças regionais. Mesmo no caso federal, os enquadramentos muitas vezes variam de acordo com o fiscal responsável pela aferição.

A Folha pediu a especialistas exemplos das distorções que contribuem para tornar o sistema tributário nacional caótico.

Há alguns casos emblemáticos. O debate sobre a classificação de barrinhas alimentícias como flocos de cereais ou produtos de confeitaria, para fins de IPI. A discussão para definir Crocs como calçados impermeáveis ou sandália com tiras de borracha ou plástico, para fins de aplicação de taxa antidumping na importação.

Há também empresas que alteram as características de seus produtos para colocá-los em uma categoria de menor tributação. É o caso daquilo que para o consumidor pode ter a função de perfume (IPI de 42%), mas que consta da nota fiscal como água de colônia (alíquota de 12%). Ou hidratantes (IPI de 22%) que consegue m ser enquadrados como desodorantes (7%).

Os **tributos** podem guiar ainda decisões de investimentos. Por exemplo, incentivar a construção de moradias com mão de obra e uso de concreto armado, um serviço tributado com 3,65% de

PIS/Cofins cumulativo e até 5% de ISS. A mesma obra sobre uma estrutura metálica teria incidência de 12% de ICMS (em São Paulo), mais 9,25% de PIS/Cofins não cumulativo, pois seria enquadrada como um bem.

Há ainda uma série de benefícios tributários que podem compensar custos de logística e tornar mais atrativo fabricar carros em Goiás e criar bois em São Paulo, como dizem alguns especialistas na área.

Embora não seja uma exclusividade do país, são questões que ganharam por aqui um nível de complexidade que se reflete no bilionário contencioso tributário do país, em casos que muitas vezes se arrastam por décadas sem uma solução.

"É como se cada empresa tivesse seu próprio sistema tributário, porque depende de onde você está, de quem vai comprar, as características daquilo que você vende. É um sistema cheio de subjetividades. Quando a gente olha as propostas que buscam simplificar, acabar com essas diferenciações, a gente vê um avanço muito grande", diz Marina Thiago, gerente de advocacy da Endeavor e do Movimento Pra Ser Justo, que defende a fusão de cinco **tributos** sobre o consumo em um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

O IBS é o centro de duas propostas de **reforma tributária** do consumo de iniciativa do Congresso e que preveem a taxa uniforme de praticamente todos os bens e serviços.

Enquanto alguns especialistas defendem os benefícios da unificação, outros apontam que o Brasil precisa de uma simplificação da legislação dos **tributos** atuais, mais padronização e rapidez na solução de controvérsias, mas sem acabar com os **tributos** atuais e algumas diferenciações.

Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito São Paulo, diz que alguns benefícios tributários contribuem para uma falta de racionalidade do sistema no Brasil, mas diz ser contra a extinção de quase todos eles, como defendido na maioria das reformas em discussão.

Segundo a especialista, não faz sentido que uma empresa de bebidas açucaradas, cuja matéria-prima é cana-de-açúcar ou mate, esteja instalada na Zona Franca de Manaus, apenas pelo benefício tributário.

Por outro lado, seria importante direcionar benefícios para áreas como produtos da cesta básica e produtos de higiene menstrual. "Tem de atacar esse tipo de situação, para que haja uma melhor distribuição da carga tributária entre aqueles que produzem e também para direcionar benefícios tributários para áreas que realmente são carentes destes benefícios." Ao citar as divergências sobre o Crocs e as barrinhas, ela afirma que são questões que poderiam ser resolvidas a partir de alterações processuais, como criar câmaras de arbitragem de direito tributário, sem necessidade de reformas amplas e estruturais como as que se debatem no Congresso.

Luis Carlos dos Santos, diretor da área de **tributos** da empresa Mazars, diz que a complexidade é um dos principais pontos que diferenciam o sistema tributário brasileiro do de outros países. Ele cita ainda a falta de padronização nas decisões dos diferentes agentes públicos e a demora em resolver essas questões, seja na esfera das autoridades tributárias, seja no Judiciário.

Um exemplo, diz ele, é a definição sobre o que é insumo para fins de crédito no PIS/Cofins não cumulativo - questão que o projeto do Ministério da Economia de fusão dos dois **tributos** tenta resolver.

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) definiu que deve ser considerado insumo tudo que seja imprescindível para o desenvolvimento da atividade econômica. Mas deixou a definição sobre o que é essencial para o fisco.

É comum, segundo o especialista, haver interpretação diferente entre dois estados ou até na esfera federal, dependendo da localidade onde é feita determinada consulta.

"Temos situações em que o cliente considera determinado item como passível de crédito, para fins de ICMS ou PIS/Cofins. Outra empresa do mesmo ramo vai considerar esse mesmo item [como passível de crédito], mas o fisco a questiona, lavra auto de infração", afirma.

"Como explicar para o investidor por que a empresa concorrente dele, que faz a mesma coisa, não foi autuada? Você ouve a expressão de que o Brasil é um manicômio tributário em razão dessas questões." João Eloi Olenike, presidente-executivo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), cita a legislação do IPI como uma das questões mais complexas do sistema. São mais de 400 páginas, cada uma com diversas categorias de classificação.

Obter uma tributação menor é tarefa individual que exige da empresa modificação do produto, laudos

técnicos e uma consulta ao fisco. Muitas vezes, isso garante vender o mesmo que o concorrente recolhendo menos **impostos**.

"Não precisa mudar 100% da composição do produto. O bom planejamento é adequá-lo de forma que a **Receita Federal** entenda que pode ser classificado com uma tributação mais baixa. E que o produto final não seja tão diferente daquele de tributação mais alta", diz o especialista.

Segundo Olenike, a ideia da diferenciação de alíquotas deveria ter como base o princípio constitucional da seletividade, ou seja, a essencialidade do produto. Esse é um conceito que muda com o tempo, e não há interesse do Estado em promover mudanças que reduzam a arrecadação. O forno micro-ondas, por exemplo, é taxado até hoje como produto de luxo (30% de IPI).

"A população é quem tem de dizer o que é supérfluo ou não é. Não são os técnicos da Receita nem os legisladores." Renata Mendes, líder do Pra Ser Justo, afirma que a simplificação prevista nas PECs (propostas de emenda à Constituição) apresentadas pela Câmara e pelo Senado em 2019 teriam o benefício de reduzir em cerca de 70% o tempo que as empresas gastam para apurar e pagar os **tributos**. O projeto do governo do PIS/Cofins também traria, em menor escala, algum benefício.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49773>

Lentidão de auditores acende alerta nos portos

ELIANE OLIVEIRA

A decisão dos auditores fiscais de fazerem a chamada "operação tartaruga" nos processos de liberação de cargas em portos, aeroportos e fronteiras desde ontem causa apreensão entre empresários, principalmente os do setor industrial. Representantes da área de comércio exterior acreditam que o impacto causado pela lentidão no desembarço de mercadorias exportadas e importadas deve ser sentido em até uma semana, no momento no qual as indústrias tentam aumentar a produção.

O quadro pode ficar ainda pior se o abandono de cargos de chefia por auditores, anunciado na semana passada, afetar diretamente áreas estratégicas, como o sistema portuário. A categoria decidiu pelo afastamento das funções de confiança, alegando a falta de regulamentação do chamado "bônus de eficiência" e dos cortes no Orçamento de 2022, que tiraram recursos do Fisco e impediram um reajuste salarial para os servidores.

- Eles (os auditores) vão começar a parar cargas, fazer inspeções mais demoradas e exigir mais documentação. Em três ou quatro dias, haverá um atraso muito grande na liberação portuária. Isso já aconteceu outras vezes e a indústria fica refém - disse o consultor internacional Welber Barrai, ex-secretário de Comércio Exterior.

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, há apreensão sobre o que pode acontecer em uma semana.

-Poderá haver atrasos ou cancelamentos de operações. Greve sempre atrapalha - disse Castro, lembrando que produtos perecíveis podem ser afetados.

JANEIRO PREOCUPA Em nota, o sindicato dos auditores da Receita (Sindifisco) informou que, até o momento, a entrega de cargos teve a adesão de 738 auditores em postos de chefia, com 93% dos delegados (chefes de unidade) do país. Todas as áreas são afetadas, com destaque para as alfândegas, portos e aeroportos, e pontos de fronteira do país, com maior lentidão nas importações e exportações. "A semana de recesso de fim de ano acaba gerando

menor impacto, pois o volume de cargas é pequeno. Mas em janeiro a tendência é haver um represamento importante, inclusive de importações e exportações de alimentos", destacou a entidade. Procurado, o Ministério da Economia, ao qual a **Receita Federal** é subordinada, informou que não vai se manifestar.

Tributaristas ouvidos pelo GLOBO afirmaram que o movimento dos auditores fiscais, que antes se limitava a paralisações e operações-padrão em atividades em áreas como a de comércio exterior, ganhou uma dimensão maior e inédita a partir da entrega dos cargos de chefia na semana passada.

-Com a renúncia dos 44 conselheiros do **Carf** (espécie de tribunal administrativo da Receita), não haverá julgamentos. Além disso, a fiscalização será prejudicada -afirmou o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel.

'APAGÃO DE CANETAS' Os especialistas lembram que não há casos de grandes proporções ou de repercussão para serem julgados a curto prazo. Mas tudo vai depender da duração do impasse com o governo federal. O tributarista Fernando Scaff, sócio do Silveira Athias Advogados e professor de direito da USP, afirma que os problemas estão no horizonte, mas ainda não foram sentidos em toda a sua dimensão: - Todo esse movimento da cúpula da Receita gera um "apagão das canetas", pois, sem as chefias, será muito mais lento o processo decisório e o trâmite usual. Em muitas situações quem decide, isto é, quem "aperta o botão", é o chefe que entregou o cargo.

Rafael Korff Wagner, sócio da Lippert Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB no Rio Grande do Sul, disse que empresas começaram a procurar seu escritório ontem mesmo. As firmas pediam o preparo preventivo de medidas judiciais para garantir a liberação de mercadorias importadas e exportadas nas alfândegas.

-O movimento traz efeitos nefastos aos contribuintes, que é a deficiência no atendimento prestado, como restituição e liberação de certificados negativos - disse o tributarista. -E a situação é ainda mais complexa porque, na assembléia da semana passada, ficou decidido que nenhum integrante da carreira poderá assumir os cargos em aberto.

Leonardo Gallotti Olinto, também tributarista, comentou que a empresa para a qual trabalha está sendo afetada por esse movimento em um processo de importação, mesmo que de forma pontual. Mas dois tributaristas que pediram para não serem identificados afirmaram que o **Carf** não julga processos com valores superiores a R\$ 8 milhões há dois anos e, por isso, o atraso das sessões não terá tanto impacto na rotina das empresas.

GOVERNO SEM MARGEM Em nota divulgada ontem, o Sindifisco destacou que continua aguardando uma reunião com o governo. Foi solicitada uma audiência com ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, o único que está em Brasília nesta semana. Mas não houve resposta até agora.

Segundo um integrante da equipe econômica, o presidente Jair Bolsonaro criou um imenso problema ao contemplar apenas uma categoria de **servidores públicos** - os policiais - com reajuste salarial. Agora, crescem as pressões e, com o orçamento aprovado, a margem do governo se reduz. Há quem defenda contemplar um número maior de categorias com reajustes, mas seriam ínfimos porque não existe dinheiro suficiente em caixa. Ou o governo teria de sair atrás de mais recursos, sacrificando outras áreas. (Colaborou Geralda Doca)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Funcionalismo eleva pressão por reajuste salarial no ano que vem

Mariana Ribeiro De Brasília

Frente à perspectiva de que só policiais terão aumento salarial no ano que vem, cresce a pressão de outras categorias do funcionalismo sobre o governo. Depois de os auditores da **Receita Federal** iniciarem as mobilizações, os auditores fiscais federais agropecuários também decidiram reduzir o ritmo das atividades em todo o país. Além disso, diversas categorias se reunirão na quarta-feira para discutir a campanha por reajuste.

Em assembleia realizada ontem, auditores agropecuários decidiram iniciar operação padrão, mantendo o ritmo normal de trabalho somente nas atividades que podem afetar diretamente a população. A categoria afirma que foi preterida no Orçamento de 2022 após o governo federal já ter "sinalizado com a possibilidade de inclusão da carreira na reestruturação salarial, junto com outras categorias".

Em nota, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) argumenta que o tratamento desigual pode comprometer "o desempenho de um dos setores que mais contribuíram para alavancar a economia do país" durante a crise gerada pela covid-19, o agropecuário.

Para o presidente do sindicato, Janus Pablo, o governo "emitiu um recado claro" de que não valoriza o trabalho dos auditores "nem os resultados positivos alcançados pela cadeia produtiva do setor agropecuário".

Com a decisão aprovada, não serão afetadas áreas como a liberação de cargas vivas, a fiscalização de bagagens de passageiros e de animais de companhia, produtos perecíveis e o diagnóstico de doenças e pragas. O sindicato afirma que durante a mobilização os auditores "atuarão obedecendo estritamente as leis que regem o serviço público, garantindo a segurança alimentar da população".

Em outra frente, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, explica que haverá uma primeira reunião das categorias na quarta-feira para "encaminhar um calendário de mobilização na janela curta que existe, de três meses". Ele frisou que, pela legislação, a concessão de reajustes só pode ser feita

até seis meses antes das eleições.

O fórum reúne 37 entidades de carreiras típicas de Estado. Mar ques afirma que o período de negociação será pequeno e, por isso, a articulação precisará ser intensa. "Vamos ter que fazer uma mobilização forte o suficiente para abrir o canal de negociação com o governo e depois para que tenhamos condições de apresentar uma proposta consistente." Ele destacou que a campanha salarial ficou em segundo plano neste ano devido às mobilizações em torno da reforma administrativa e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. A previsão de reajuste para policiais impulsionou as discussões por um aumento que abarque outras categorias.

"A gente não tinha tido tempo para se dedicar à campanha salarial, ainda que todos os servidores federais estejam com o salário congelado. Esse aceno para as policias, que é um reajuste legítimo, impulsionou a campanha salarial dos demais servidores", disse. Ele acrescentou que, agora, as categorias buscam se organizar em um momento difícil para mobilização, com o recesso de fim de ano.

Os auditores fiscais da Receita já haviam aprovado na quinta-feira a paralisação de todos os projetos nacionais e regionais do plano operacional do órgão, a adoção de operação padrão nas aduanas e o apoio da entrega ostensiva de todos os cargos em comissão e funções de chefia do fisco.

Ontem, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) informou que 738 auditores em postos de chefia já entregaram seus cargos. Segundo a entidade, isso representa 93% dos delegados (chefes de unidade) do país.

Em nota, o sindicato afirma que todas as áreas são afetadas pela mobilização "com destaque para as alfândegas, portos e aeroportos, e pontos de fronteira do país, com maior lentidão nas importações e exportações". Acrescenta, no entanto, que devido ao período de recesso de fim de ano, o impacto é menor e a tendência é que, em janeiro, haja "um represamento importante, inclusive de importações e exportações de alimentos".

A entidade diz que foi solicitada uma audiência com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e que,

"enquanto não houver uma sinalização inequívoca por parte do governo de que a pauta da categoria será atendida, o movimento tende a recrudescer".

Procurados, os ministérios da Economia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Casa Civil não responderam até a conclusão desta edição.

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187101

Por falhas cadastrais, fisco trava 50 mil CNPJs

Mariana Ribeiro e Assis Moreira De Brasília e Genebra

Mais de 50 mil inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) estão suspensas pela **Receita Federal** devido a, segundo o órgão, inconsistências cadastrais. A suspensão afeta companhias com domicílio no exterior e que operam no país - ou que poderiam operar.

Entre os reflexos do cadastro inativo, está a impossibilidade de essas empresas efetuarem operações bancárias e movimentações financeiras. A suspensão chegou a afetar grandes instituições multilaterais de crédito com presença no Brasil.

Sergio Gusmão Suchodolski, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento, que reúne bancos de desenvolvimento no país, e presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), afirmou que alguns bancos multilaterais ficaram com o CNPJ suspensos e não puderam operar no Brasil.

"Em alguns casos, essa situação nos pegou no meio de operações entre tranches de financiamento de projetos, o que traria enorme prejuízo para a continuidade desses projetos e podendo representar um obstáculo para a retomada de investimentos, já que o montante pode chegar na casa dos bilhões de reais", afirmou.

Segundo o executivo, o BDMG, por exemplo, ficou "sem a liberação de dezenas de milhões de financiamento climático com um banco multilateral travada por esse motivo, envolvendo vários projetos de energia solar no norte de Minas, a região menos desenvolvida do Estado".

As liberações das parcelas de financiamento foram empurradas para o começo de 2022, na medida em que o problema vem sendo resolvido pela **Receita Federal**.

Em nota, a **Receita Federal** informou que está promovendo "ações saneadoras em seus cadastros" e que foram identificadas 53,5 mil inscrições no CNPJ sem uma pessoa física informada como representante da entidade. "Esta é uma informação obrigatória para o CNPJ", informou o fisco.

O tipo jurídico mais afetado pela suspensão foram as

empresas domiciliadas no exterior. Ainda há, disse a Receita, 52 mil CNPJs domiciliados no exterior suspensos por inconsistência cadastral. O fisco ressalta que a situação é "facilmente sanável", sendo necessário apenas informar um procurador nomeado no Brasil.

O cancelamento ocorreu em outubro, com base numa portaria de 2018 sobre inconsistência cadastral de inscrições no CNPJ. "Para variar, a Receita mudou a norma sem avisar ninguém", reagiu uma fonte do setor financeiro.

O Banco Europeu de Investimentos (BEI) foi um dos afetados. O problema, segundo a instituição, foi sanado na véspera do Natal. "Estamos cientes das questões e com a pronta cooperação do Ministério da Economia e da **Receita Federal**, estas questões foram resolvidas", disse um porta-voz. O BEI diz que desde 1997 aprovou mais de 4,4 bilhões em financiamentos para projetos de infraestrutura, em uma ampla gama de setores no Brasil.

O Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata) também teve travadas operações de empréstimo para prefeituras de cidades pequenas e médias no Brasil, porque, com o CNPJ suspenso, não podia ter as operações registradas no Banco Central, segundo uma fonte. Na quinta-feira, o CNPJ desse banco aparecia como "ativo" no site da Receita.

A IFC (International Finance Corporation) braço do Banco Mundial para financiamentos ao setor privado, teve um problema antes. A instituição esclareceu que, "devido à alteração de representante legal, ocorrida em 2020, foi necessário regularizar o CNPJ, um procedimento administrativo já solucionado", e que as operações "seguem ativas, sem interrupções". A IFC diz que seu objetivo para o ano fiscal 2022 envolve plano de negócios US\$ 2,2 bilhões em novos projetos no Brasil. A Receita afirmou que o BEI, o Fonplata e a IFC já estão com a situação cadastral ativa.

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187101

Greve pode parar aduanas no país

Audidores da **Receita Federal** afirmam que a mobilização não deverá afetar os viajantes

Brasília - Os auditores da **Receita Federal** entraram em greve ontem em todo o país. Com isso, ficam paralisadas ou mais lentas atividades de fiscalização tributária e **aduaneira**, ou seja, importação e exportação de mercadorias. De acordo com Kleber Cabral, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), o movimento não afetará os viajantes. Os motivos para a greve, de acordo com a categoria, estão ligados à falta de regulamentação do chamado bônus de eficiência e aos cortes no Orçamento de 2022, que tiram recursos da área e impedem o reajuste salarial destes servidores.

No último dia 24 o presidente Jair Bolsonaro havia afirmado que foi o ministro da Economia, Paulo Guedes, quem decidiu não conceder o bônus de eficiência aos servidores. Assinalou, entretanto, que tentaria reverter a situação. "Isso aí eu vou conversar com o Paulo Guedes de novo. Eles queriam a regulamentação de um bônus de produtividade. Custava nada. Custava duzentos e poucos milhões. É a Economia que resolveu não ceder", detalhou o presidente. O chefe do Executivo destacou também que o pedido não se trata de uma reestruturação e que o tema ainda será pauta de conversas. "Da minha parte eu te-ria cedido, porque é o cumprimento de um requisito legal. Não precisa ser tão rígido desta maneira. Aqui não é uma empresa. A gente não quer estourar teto, não quer fazer nenhuma estripulia, mas não custava nada atender", avaliou Bolsonaro.

Desde que foi aprovado o Orçamento pelo Congresso na terça, ao menos 625 pedidos de exoneração de cargos em comissão e funções de confiança já foram protocolados por auditores. Entre os pedidos estão os dos 44 conselheiros do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que apresentaram renúncia coletiva na quinta-feira.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10200>

Implantação do PPP eletrônico é adiado para 2023

As micro e pequenas empresas, em especial as optantes pelo Simples Nacional, vão ganhar mais prazo para declaração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) de forma exclusivamente eletrônica.

O documento contém o histórico de trabalho dos colaboradores de empresas, com registro das condições do ambiente de trabalho para demonstração da exposição do funcionário a agentes nocivos.

A implantação do PPP eletrônico foi adiada para o mês de janeiro de 2023.

O adiamento atende ao pedido das empresas, em especial as optantes pelo Simples Nacional, que ainda estão em fase de adaptação ao e-Social, no que se refere aos eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST). A decisão é resultado das discussões no âmbito do GT - Confederativo do e-Social, do qual o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) participa juntamente com o Ministério do Trabalho e Previdência, a Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Caberá ao ministério alterar a Portaria MTP nº 313, de setembro de 2021, que regulamenta a mudança.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Silas Santiago, acredita que o adiamento do PPP eletrônico foi positivo para os pequenos negócios. "Com essa prorrogação, as micro e pequenas empresas, terão mais tempo para se adaptar ao e-Social, no que se refere os eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador", ressaltou.

Ele também alerta que apesar dessa mudança, os empregadores permanecem obrigados a emitir o PPP em papel. "A recomendação é sempre para que o empreendedor elabore e mantenha atualizado o PPP de seus respectivos funcionários, ainda que em papel, evitando-se a aplicação de sanções", comentou.

Todas as empresas devem emitir a PPP, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte. O microempreendedor individual (MEI) se obriga a essa emissão, caso detenha de empregado. Geralmente, o documento é bastante utilizado para fins de requerimento de aposentadoria especial, em que deve ser comprovada a atividade considerada insalubre ou

periculosa, ou seja, de alto risco. Se o PPP não for emitido, o empregador estará suscetível à aplicação de multa, que varia entre R\$ 636,17 a R\$ 63.617,35, a depender da gravidade da infração, nos termos do Decreto nº 3.048/1999 (Regulamento da **Previdência Social**).

O especialista do Sebrae lembra que recentemente foi lançada uma nova versão da Norma Regulamentadora nº 01 (NR1), que conferiu tratamento diferenciado ao MEI, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. "Caso estes pequenos negócios estejam incluídos nos graus de risco 1 e 2, e declarem não existir riscos químicos, físicos e biológicos, ficarão dispensados da obrigatoriedade de emissão do PPP.

Apesar da atualização e da simplificação, a declaração de ausência de riscos ocupacionais ainda não foi implementada em normativos próprios", explicou Santiago.

Segundo ele, o Sebrae tem discutido junto ao Ministério do Trabalho e Previdência para que a declaração do PPP, quando exigida eletronicamente, seja realizada diretamente pelo e-Social. A medida vai oferecer mais segurança jurídica às empresas, reduz a judicialização do benefício de aposentadoria especial e melhora a qualidade das informações que serão encaminhadas à **Previdência Social** e ao Fisco.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-28-12-2021/>

Promotores e procuradores pedem reajuste

As queixas contra a prioridade dada pelo governo ao reajuste dos policiais têm sido feitas por diferentes classes de servidores

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público oficiou ontem ao procurador-geral da República, Augusto Aras, pedindo que o chefe do órgão adote medidas, junto ao Legislativo e o Executivo, visando o aumento dos proventos recebidos pela classe, com a recomposição salarial pela **inflação**.

No documento, a entidade lembra da previsão de aumento para carreiras do funcionalismo em 2022 - promessas feitas pelo governo Jair Bolsonaro em ano eleitoral - e fala em isonomia. A Conamp pede que seja retomada a "justiça remuneratória" em favor dos membros do Ministério Público.

"A classe ministerial respeita e respeitou as previsões de contingenciamento prevista nas medidas econômicas para enfrentamento da crise decorrente da Pandemia do Covid 19 e respeita ainda, bem como aplaude qualquer política de valorização das carreiras de estado. Entretanto, a isonomia e atenção as outras carreiras é imperativo constitucional e, sobretudo, justa sob o prisma de respeito a importância das demais", diz a Conamp no texto.

O pedido se dá na esteira da movimentação do governo Jair Bolsonaro para garantir reajuste salarial a policiais no ano do pleito de 2022. Como mostrou o Estadão, parlamentares fizeram um acordo para direcionar R\$ 1,7 bilhão do Orçamento para o 'agrado' à categoria, que é vista como base de apoio a eventual candidatura de Bolsonaro à reeleição.

As queixas contra a prioridade dada pelo governo ao reajuste dos policiais têm sido feitas por diferentes classes de servidores do Executivo e inclui até mesmo funcionários do Judiciário. Auditores da Receita chegaram a aprovar uma paralisação com objetivo pressionar o governo federal a regulamentar o pagamento de um "bônus de eficiência" à categoria, após o Congresso não reservar recursos para a gratificação em 2022.

No ofício a Aras, a Conamp sustenta que a Constituição 'possui profunda preocupação em assegurar a justiça remuneratória da carreira do Ministério Público brasileiro'.

No entanto, ainda segundo a entidade, a previsão de

revisão anual dos subsídios não vem sendo seguida uma vez que a última reposição inflacionária da carreira ocorreu em 2015.

-

Chegam a 738 os auditores da Receita que entregaram cargos

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Sindifisco) informou, ontem à tarde, que chegou a 738 o número de auditores da **Receita Federal** que entregaram cargos de chefia em protesto ao governo. Na última quinta-feira, 23, o número de auditores que haviam aderido à iniciativa estava em 635.

De acordo com o Sindifisco, o número representa 93% dos delegados (chefes de unidade) em todo o País. O sindicato diz que todas as áreas são afetadas com a paralisação, principalmente as alfândegas, portos e aeroportos, e pontos de fronteira do país, com maior lentidão nas importações e exportações - a chamada "operação padrão".

"A semana de recesso de final de ano acaba gerando menor impacto, pois o volume de cargas é pequeno. Mas em janeiro a tendência é haver um represamento importante, inclusive de importações e exportações de alimentos", afirma o sindicato em nota.

De acordo com o **comunicado** divulgado, os auditores aguardam uma reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, mas não houve retorno até o momento. "Enquanto não houver uma sinalização inequívoca por parte do governo de que a pauta da categoria será atendida, o movimento tende a recrudescer", diz o sindicato.

A entrega de cargos de chefia não significa abandono, mas torna o trabalho da **Receita Federal** impraticável em muitas áreas, com a chamada "operação padrão".

A revolta dos auditores com o governo teve início após o Orçamento de 2022 aprovado pelo Congresso Nacional cortar verbas do órgão e reservar espaço fiscal para reajuste de salário apenas de policiais federais, uma demanda direta do presidente Jair Bolsonaro (PL), que estuda uma forma de conter a insatisfação nas demais carreiras do funcionalismo.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37037&edicao=118951>

Carf terá pela frente Didi, Assembleia de Deus e Petrobras

Por Beatriz Olivon

O retorno das sessões de julgamento do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, marcado para 10 de janeiro, poderá ser abalado pela entrega de cargos de auditores fiscais no órgão. Apesar disso, enquanto a dispensa não é oficializada e o órgão não comenta o assunto, há integrantes que não vêem a situação com preocupação pela possibilidade de uso de suplentes e pela ausência de nomes de conselheiros da 1ª Turma da Câmara Superior em uma suposta lista com os nomes de quem entregou os cargos.

Enquanto isso, os advogados se preparam para as sessões, que deverão seguir as normas de distanciamento - os plenários terão capacidade máxima de lotação reduzida e a disponibilidade de assentos vai respeitar o distanciamento mínimo de um metro, o que deve reduzir pela metade a capacidade do plenário, já que as cadeiras são fixas e têm braços compartilhados.

Logo na primeira semana, os conselheiros da 1ª Turma da Câmara Superior terão pela frente julgamentos diversos. Em um dos casos, vão decidir se deve ser mantida a cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins de valores recebidos pela Renato Aragão Produções Artísticas - do humorista Didi, de Os Trapalhões - para a realização de filmes. A autuação é de 2002.

Assembleia de Deus lança operadora móvel - Foto: Fábio Motta/Estadão Conteúdo

O processo administrativo da Assembleia de Deus trata da suspensão da isenção tributária das unidades de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. O valor da autuação é de R\$ 14 milhões. A isenção foi suspensa pela Receita porque a igreja teria remunerado seus dirigentes, aplicado recursos em atividades estranhas aos seus objetivos sociais e deixado de cumprir obrigações acessórias (de declarações de renda, por exemplo). A fiscalização questiona se tratar, de fato, de um templo religioso. São cobrados IRPJ, CSLL, PIS e Cofins de 2002 a 2005.

Empresas grandes e abertas discutem casos de compensação e não grandes teses nesse primeiro

momento. Itaú, Vale e Petrobras têm processos na pauta sobre compensação de **tributos** - julgamentos que dependem da análise do caso concreto e costumam discutir valores baixos, nada próximo das grandes teses bilionárias que lotam o plenário quando são julgadas.

Paralisação de auditores da receita federal

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/12/28/RDIOBANDNEW>

[SFM905DF-06.41.27-06.42.07-1640685858.mp3](#)

Aposentadoria mais difícil a partir do dia 1º

João Vitor Tavares*

Começam a valer em 1º de janeiro de 2022 as novas regras de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As alterações seguem a reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019. Nesta rodada, as mudanças concentram-se nas regras de transição por pontos ou por idade mínima, voltadas a quem já estava no mercado de trabalho antes da promulgação da reforma. Para esse público, as modificações ocorrem de maneira escalonada, ano a ano (veja ao lado).

Em relação à aposentadoria por idade, a regra antiga estabelecia idade mínima de 60 anos para mulheres e de 65 anos para homens. Hoje, a trabalhadora com 61 anos, por exemplo, já pode pedir o benefício ao **INSS**. A partir de janeiro de 2022, precisará ter 61 anos e seis meses, sendo que até 2023 encerra-se o regime de transição com o público feminino atingindo os 62 anos para se aposentar. No caso dos homens, a aposentadoria via **INSS** apenas por idade mínima não sofreu alterações. Ou seja, é necessário chegar aos 65 anos para obter a garantia.

No sistema atual, soma-se o tempo de contribuição ao **INSS** à idade do trabalhador. O resultado dessa conta gera uma pontuação, que é a norma básica para ter acesso à aposentadoria. No que se refere à regra de transição por pontos, a partir de 1º de janeiro de 2022, as mulheres precisam atingir 89 pontos e, no caso dos homens, 99 pontos. No entanto, é preciso ter, no mínimo, 30 anos de pagamentos previdenciários (mulheres), ou 35 anos (homens). Atualmente, o valor mínimo é de 89/99 pontos, com vigência até 31 de dezembro deste ano.

Ainda de acordo com as regras de transição, a modalidade de pedágio de 50% ou 100% do que faltava para se aposentar não sofrerá alteração. Pedágio é o cumprimento do tempo para garantir a aposentadoria. No caso dos trabalhadores que já estavam contribuindo durante a promulgação da reforma da Previdência, sejam eles autônomos ou celetistas, as regras de transição não mudam com o passar dos anos.

Conforme o **INSS**, as mulheres com mais de 28 anos de contribuição e os homens com mais de 33 anos de pagamentos poderão optar pela aposentadoria sem idade mínima, desde que cumpram um pedágio de 50% sobre o tempo mínimo que faltava para se aposentar. Isto é, 30 anos para elas e 35 anos para

eles. Outra regra é aquela que estabelece uma idade mínima e um pedágio de 100% do tempo que faltava para atingir o mínimo exigido de contribuição (30 anos para mulheres e 35 anos para homens).

Regras "duras demais"

Washington Barbosa, diretor da WB Educação e Consultoria, destaca que o Brasil é um dos poucos países do mundo que têm a regra de transição, pois na maioria isso não existe. "As regras de transição são uma coisa boa. É um meio termo entre quem já estava e quem vai entrar (no novo regime previdenciário)", diz.

O especialista ainda considera que as regras de transição são duras demais, pois exigem "mais tempo de trabalho e maior idade". "Vale lembrar que a maior parte das pessoas se aposenta por idade. Na nossa economia, é muito difícil uma pessoa ter um trabalho de maneira ininterrupta. Além do mais, as grandes mudanças atingiram a classe média (alta) e os servidores, e servem para amenizar o impacto da reforma da Previdência".

Apesar disso, Barbosa ainda considera a reforma necessária. "Por pior que seja, exigir mais tempo de trabalho é importante para manter a saúde do sistema previdenciário. O que é arrecadado não tem condições de pagar os gastos", justifica.

Mais trabalho

Para o advogado João Badari, especialista em Direito Previdenciário, a reforma não é positiva, pois faltou maior estudo social ao aprovar o texto. "Ela colocou um fim na aposentadoria por tempo de contribuição, excetuando as regras de transição que irão acabar gradualmente", pontua.

"Assim, podemos citar diversos fatores que fogem, um pouco, da regra de transição, como a pensão por morte? em que há uma completa injustiça em seu cálculo?, a aposentadoria por invalidez e a aposentadoria especial", completa o analista.

Segundo o especialista, mediante as novas regras, as pessoas terão que trabalhar mais para obter um benefício maior. "Ficou mais difícil obter a garantia, como também ficou menor o cálculo do valor dos benefícios, seja a pensão por morte, por aposentadoria ou o benefício por incapacidade. A cada ano, será necessário trabalhar um pouco mais, visto

que as regras de transição tornam maiores o tempo de contribuição e a idade mínima", ressalta.

*Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

Quem pode pedir revisão do benefício em 2022

O ano de 2022 se aproxima e, com ele, a oportunidade de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pedirem a revisão de seus benefícios.

Como o prazo para abrir o requerimento é de até 10 anos após o primeiro pagamento, aqueles que receberam o benefício pela primeira vez em dezembro de 2011 têm até janeiro do próximo ano para fazer a solicitação. Quem começou a receber a partir desta data também pode pedir uma nova análise. No entanto, a revisão não é um direito de todo segurado e precisa de uma justificativa plausível para ser levada em consideração. Por isso, O DIA ouviu a orientação de especialistas para ajudar nesse processo.

Para a especialista em direito previdenciário Silvia Correia, a revisão do **INSS** é rodeada por "um certo mito", já que boa parte das pessoas pensam que esse é um direito automático. "Revisão de benefício é uma ação em que se pede alguma modificação no ato administrativo que concedeu o benefício, seja pelo próprio benefício ou por seu valor, que podem estar errados. No caso do tipo do benefício, por exemplo, era uma aposentadoria por idade e analisaram como uma aposentadoria por tempo de serviço. Para que eu possa pedir esse ou outro tipo de revisão eu preciso ter a causa", explicou.

Apesar de existirem mais de 20 tipos de ações de revisão, como informou a advogada, algumas causas acabam sendo mais comuns entre os beneficiários. Um exemplo é quando o segurado teve o benefício concedido com o tempo e salário errados, sem considerar insalubridade ou algum período que ele tenha trabalhado que não tenha sido incluído.

Sabendo que tem direito a revisão, o beneficiário tem dois caminhos. Um deles é solicitar a análise pelo site <https://meu.inss.gov.br>, enviando os documentos solicitados.

Outra opção é entrar com uma ação judicial, que também é uma opção para aqueles que já tiveram uma revisão não reconhecida. Em ambos os casos, para ter mais segurança do êxito, é indicado que o aposentado ou pensionista busque a ajuda de um profissional da área.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9799/28-12->

2021.html

Tesouro quer lançar título voltado para aposentadoria

Idiana Tomazelli Brasília

O Tesouro Nacional prepara o lançamento de um título público voltado a investidores que desejam poupar recursos para sua aposentadoria individual. O interessado poderá adquirir um papel do governo e acumular, ao longo dos anos, recursos para recebê-los no futuro como uma aposentadoria mensal.

Nessa modalidade, não haveria o resgate dos rendimentos -isto é, os juros pagos pela União a seus investidores- ao longo do período de acumulação. Apenas depois desse intervalo é que o investidor começaria a receber os pagamentos mensais.

Segundo o Tesouro Nacional, uma das alternativas é ofertar um título cuja remuneração seja atrelada à variação da inflação.

O chamado período de acumulação, tempo em que o poupador acrescentaria recursos à sua reserva por meio da compra de títulos, poderia durar entre 30 e 40 anos. Já o recebimento dos rendimentos poderia se estender por outros 20 a 30 anos.

As informações foram antecipadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmadas em nota oficial pelo Tesouro.

Apesar disso, o órgão diz não ter mais detalhes. Não há previsão de data para o início da venda desses papéis.

O Tesouro também não respondeu a questionamentos sobre como ficariam os rendimentos dos investidores que quisessem se desfazer do papel antes do prazo de acumulação previsto.

"Tendo em vista que os estudos ainda se encontram em fase preliminar, no momento não temos detalhes a divulgar", informou o órgão.

A área responsável pelos estudos é a Subsecretária da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Segundo o órgão, experiências internacionais e publicações sobre o tema têm subsidiado os debates.

Um dos textos de discussão que servem de referência foi publicado neste mês pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), de autoria dos especialistas em Previdência

Fabio Giambiagi, Mauricio Dias Leister, Ariete Nese e André Dovalski.

O texto traz algumas simulações para apontar quanto um brasileiro teria de pouparão mês para obter o rendimento desejado no futuro. Para ter uma renda mensal de R\$ 5.000 por 20 anos, um investidor teria de contribuir mensalmente R\$ 1.322 durante 40 anos. O cenário considera um juro real (acima da inflação) de 3% ao ano.

Quanto menor o período de acumulação, maior é a necessidade de contribuição individual. No exemplo anterior, se o período de aportes fosse de 30anos, o desembolso mensal teria de ser de R\$ 1.979.

Segundo esse estudo, há hoje 17 milhões de contratos de previdência privada ativos no mercado brasileiro, ofertados por fundos de pensão ou entidades abertas de previdência complementar.

Para os autores, o número é baixo, dado o tamanho da população e seu envelhecimento.

"Quando se contrapõe esse grau de cobertura com as tendências demográficas e do mercado de trabalho e o baixo grau de educação financeira/previdenciária, percebe-se a necessidade de os Estados nacionais ofertarem à população formas complementares e de fácil compreensão para um melhor planejamento da renda na aposentadoria", diz o estudo.

Na avaliação dos especialistas, a criação de um título público com esse perfil per- mite ao cidadão não só planejar com maior precisão sua aposentadoria mas também reduzir custos na aplicação do seu dinheiro.

Ao mesmo tempo, o investidor fica protegido da corrosão do poder de compra causada pela inflação.

O novo título seria oferecido aos brasileiros ao lado de um cardápio de títulos públicos que já são disponibilizados na plataforma Tesouro Direto, que facilitou os investimentos em títulos do governo e completa 20 anos em janeiro de 2022.

Atualmente, o papel mais longo oferecido no Tesouro Direto tem um prazo de 35 anos. Parte de sua remuneração é atrelada à inflação, e há pagamento semestral de juros ao investidor.

Já o resgate desse tipo de título se dá na data do vencimento, em pagamento único.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

73

Diadema oferece curso de preparação para a aposentadoria

NILTON VALENTIM niltonvalentim@dgabc.com.br

por dez meses.

Aposentar-se é um momento de grandes mudanças para as pessoas. Abandonar a carreira profissional e dar início a uma nova vida trazem várias consequências, principalmente no bolso, já que geralmente o benefício do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) é menor do que o salário. Para preparar os servidores que estão próximos de atingir o tempo limite, o Ipred (Instituto de Previdência de Diadema) realiza série de cursos que recebe o nome de Aposentadoria, de Repente... O Futuro.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?edicao=118949>

Para 2022 estão programados quatro encontros, o primeiro deles no dia 26 de janeiro, das 9h às 12h, preferencialmente aos servidores que se aposentarem no primeiro trimestre de 2022 e aqueles que se aposentaram no ano que está terminando, mas que ainda não participaram.

As inscrições devem ser feitas no ssocial@ipreddiadema.sp.gov.br.

sp.gov.br.

Nesta edição, a palestrante convidada será a enfermeira aposentada Silvia Cristina Sayer. Ela irá abordar o tema envelhecimento e vida após aposentadoria.

O programa é um trabalho socioeducativo para auxiliar as pessoas a refletirem sobre seus projetos de vida, elaboração de metas e definição de novos sonhos. No último encontro, em novembro, os participantes também tomaram conhecimento do resultado da pesquisa O Significado da Aposentadoria para Pessoas Aposentadas de um Órgão Público.

"As pessoas nos trazem as mudanças provocadas por esse rompimento da rotina e os profissionais da saúde vão trabalhar no sentido de direcionar essa energia e mostrar as alternativas", disse a assistente social Edla Siqueira, que coordena o programa.

Segundo Edla, entre os objetivos do programa estão a promoção da saúde e do bem estar, o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas e a reafirmação de direitos. O programa começou em 2009. Foi interrompido em 2015 e voltou em 2019. A chegada da Covid, entretanto, gerou nova interrupção, desta vez

Projetos no Congresso estabelecem regras para empresas

Há mais de uma centena de projetos de lei no Congresso Nacional que criam regras para o trabalho por meio de aplicativos. Apenas 24, porém, tratam da natureza jurídica dessa relação e a maioria vai contra os modelos de negócios adotados pelas empresas - que consideram o trabalhador autônomo e remuneram por tarefas.

De acordo com pesquisa do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (Cepi) da FGV Direito SP, 14 projetos tornam obrigatória a contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que impõe à empresa o dever de recolher o **INSS** e a quota do FGTS, além de dar garantia de seguro-desemprego e auxílio-doença, por exemplo. Outras duas enquadram motoristas e entregadores como trabalhadores intermitentes, modalidade que assegura direitos semelhantes aos da CLT.

Em cinco propostas, o trabalhador de aplicativo é enquadrado como autônomo e em outros seis pela figura do microempreendedor individual (MEI). Três dos 24 preveem duas possibilidades de relação: MEI e autônomo (PL nº 2163/2021), MEI e CLT (PL nº 180/2020 e PL nº 6.423/2019).

"Eventual aprovação de um PL que não reconheça os trabalhadores como autônomos implicaria uma ampla adequação no modelo de contratação das plataformas", aponta o Cepi no estudo "Gig economy e trabalho em plataformas no Brasil: do conceito às plataformas".

Segundo a pesquisadora Ana Camelo, do Cepi, existe um oceano de possibilidades de regulação. "Não existe consenso sobre a alternativa. O que torna mais complexa a discussão porque todos os projetos estão em debate", diz. A também pesquisadora Olívia Pasqualeto acrescenta que, enquanto não há regulação, há judicialização. "E atualmente o cenário é da análise do caso a caso."

Para Vitor Magnani, presidente da Associação Brasileira Online to Offline (AB020), é "mandatário" que haja a construção de política pública que garanta uma rede de proteção aos prestadores de serviço. "O desafio é como fazer. Parte-se da premissa de que deve haver contribuição ao **INSS**. Mas como será feita a retenção é o grande debate", afirma.

Desde 2019, pelo Decreto nº 9792, o governo federal exige que os motoristas de aplicativos se inscrevam no **INSS**, como contribuinte individual ou MEI e recolham contribuições por iniciativa própria. No Congresso, alguns projetos de lei buscam garantir proteção a esses trabalhadores, ainda que não o enquadrem como celetista.

O PL nº 4172/2020 prevê, por exemplo, que os trabalhadores sejam segurados obrigatórios da **Previdência Social**, além de terem direito a férias e poderem receber adicional de 15% sobre a tarifa básica em entregas e viagens feitas à noite, aos domingos e feriados. Já o PL nº 3748/2020 dá direito ao seguro-desemprego em algumas hipóteses de descredenciamento do aplicativo.

Outros ainda determinam que as plataformas sejam obrigadas a pagar benefícios aos trabalhadores, como seguro de vida e contra danos materiais por furto ou acidentes, por exemplo (PL nº 3.954/2020 e PL nº 5.756/2019).

Durante a pandemia da covid-19, houve um boom de propostas para criar regras trabalhistas em serviços prestados por aplicativos. Dos 128 projetos mapeados desde 2015 pelo Cepi, 71 foram apresentados durante a crise sanitária.

A grande maioria (115) pretende regular as relações de trabalho de motoristas de aplicativos (59), entregadores (21) ou os dois (35). O aumento da demanda por esses serviços durante o isolamento social, além da vulnerabilidade dessas categorias, são as razões apontadas para a onda de projetos de lei, segundo o estudo.

Mas a aprovação dessas propostas, apontam as pesquisadoras do Cepi, pode não dar conta de criar um marco legal trabalhista para a chamada "gig economy", trabalho intermediado por plataformas digitais que comporta serviços que vão muito além do transporte de pessoas e produtos.

"Muito se discute sobre entregadores e motoristas, mas existem trabalhadores em outras atividades inseridas nessa economia, que não estão visíveis nem em debate [pelo Congresso]", afirma Ana Camelo.

São 190 plataformas em operação no Brasil, segundo

a pesquisa do Cepi. Abarca serviços de limpeza, de pequenas tarefas, serviços jurídicos e de ensino, entre outros. A maior parte delas exige a presença física do trabalhador no local do serviço. Existem outras - ainda uma minoria - que oferecem os serviços on-line, como programação, criação de conteúdo e até terapia. (BP)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/187101

Exclusão do ISS do cálculo do PIS/Cofins beneficia construção

O setor da construção civil, cujas alíquotas do Imposto sobre Serviços (ISS) são as mais altas do país, poderá ter alívio na carga tributária, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida pela exclusão desse imposto, recolhido pelos municípios, da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), ambos de âmbito federal. O julgamento para decidir sobre a questão estava marcado para setembro deste ano, mas foi adiado, sem definição de nova data.

Enquanto isso, o julgamento gera expectativas favoráveis para o setor da construção civil, caso os ministros da Corte tenham o mesmo entendimento em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

"Trata-se de um desdobramento da famosa 'tese do século', na qual o plenário do STF entendeu ser inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins", lembra a advogada Nicolli Colli, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink Sociedade de Advogados.

Nicolli afirma que se o tema 118/STF, que versa sobre a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins, for julgado favoravelmente aos contribuintes e não houver modulação dos efeitos, esses poderão pleitear a restituição do PIS e da Cofins recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. Além disso haverá significativa redução do valor do PIS e da Cofins a ser recolhido. "Note-se que, a depender do setor da economia, o contribuinte pode restituir e futuramente reduzir entre 10% e 15% o valor do PIS e da Cofins recolhido", afirma a advogada.

Segundo Nicolli Colli, a Lei Complementar 116/2003 em seu artigo 8º definiu que a alíquota máxima do ISS é de 5%. As porcentagens do imposto para cada tipo de serviço são fixadas pelos municípios, devendo ser respeitada a alíquota máxima prevista pela lei complementar. "A maioria dos municípios estabeleceu a alíquota máxima do ISS para os serviços relacionados à construção civil. Isso significa dizer que esse segmento poderá ter valores maiores de PIS e Cofins, visto que o valor do ISS recolhido é maior", prevê.

Indagada se o julgamento do STF traz segurança jurídica, a advogada diz tratar-se de questão

complicada e a resposta dependerá do resultado da decisão da Corte. "Se o plenário do STF entender que é inconstitucional a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins, ele está replicando o entendimento do tema 69/ STF julgado em 2017, o que garante a segurança jurídica", assegura.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-28-12-2021/>

Incidência do PIS/Cofins na base da CPRB

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se é possível excluir os valores relativos ao PIS e à Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

A controvérsia é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1341464 que, por unanimidade, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.186) pelo plenário virtual. O recurso foi interposto pela Cosampa Serviços Elétricos Ltda. contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) que negou a exclusão dos **tributos** da base de cálculo da CPRB. A empresa sustenta que o conceito de receita bruta não inclui valores de propriedade de terceiros e que os valores dos **tributos** a serem posteriormente recolhidos não devem compor a receita bruta ou o faturamento da empresa. Argumenta, ainda, que a interpretação do TRF-5 afasta o caráter não cumulativo da CPRB, previsto na Constituição Federal (artigo 195, inciso I, parágrafo 12). O presidente do STF, ministro Luiz Fux, relator do RE, observou que a controvérsia influi diretamente na arrecadação de **tributos** e, conseqüentemente, no planejamento orçamentário da União, e cabe ao STF decidi-la

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-28-12-2021/>

Lira fixa base de Bolsonaro, mas trava em reformas e na "pauta da vingança"

Ranier Bragon e Danielle Brant

Em seu primeiro ano à frente da Presidência da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), 52, destravou projetos importantes para o governo federal, usou a distribuição de emendas parlamentares para consolidar a base de apoio de Jair Bolsonaro (PL) e recorreu a manobras para obter vitórias em votações do seu interesse.

Lira, porém, viu barrada em parte sua ofensiva para aprovar reformas estruturantes na Câmara dos Deputados e uma "pauta da vingança" contra a Operação Lava Jato.

Líder do centrão, o grupo de partidos políticos que dá sustentação ao governo Bolsonaro e que deve formar a sua chapa à reeleição, Lira é hoje o principal aliado do presidente da República no Congresso Nacional.

O deputado federal foi eleito presidente da Câmara em fevereiro com o apoio do governo, derrotando o grupo político do seu antecessor, o deputado Rodrigo Maia (sem partido-RJ), visto pelo Palácio do Planalto como opositor.

De estilo centralizador e muito mais afeito às negociações de bastidor do que aos holofotes, Lira já assumiu o posto tirando da gaveta temas de interesse do governo e do mercado, de quem procurou se aproximar.

Um deles foi a aprovação do projeto que deu autonomia ao Banco Central. A privatização da Eletrobras, que também estava paralisada, foi aprovada durante seu período à frente da Casa e passou a vigorar em julho.

Em agosto, os deputados deram aval também para outra pauta econômica, a quebra do monopólio dos Correios.

No mês seguinte, aprovaram mudanças nas regras de cálculo do Imposto de Renda, outra das bandeiras defendidas pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

Esses últimos dois pontos, porém, foram engavetados pelo Senado e compõem, ao lado das reformas tributária e administrativa, o conjunto de temas que

Lira não conseguiu avançar na pauta econômica.

Em uma tentativa de facilitar a aprovação da **reforma tributária**, o deputado pressionou pelo fatiamento das mudanças em **impostos**.

Inicialmente, ficou decidido que a prioridade seria a fusão de PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com a tramitação de projeto enviado pelo governo em setembro de 2020.

No entanto, diante das dificuldades na negociação do texto, o presidente da Câmara decidiu se concentrar na proposta que alterava as regras do Imposto de Renda e estabelecia a tributação de dividendos, em mudança criticada pelo empresariado.

Para aprovar o projeto, Lira precisou do apoio de parlamentares da oposição. A pauta, porém, está parada no Senado até hoje, e a perspectiva de votação é próxima de zero.

A reforma administrativa teve resultado parecido.

Mesmo com a defesa pública de Lira, sob argumento de que não mexia em direitos adquiridos e que não afetava atuais servidores, a proposta só conseguiu passar na comissão especial que analisou o mérito na Câmara após uma manobra feita pelos partidos da base do governo Bolsonaro -que trocaram integrantes do colegiado para assegurar a aprovação do texto, no final de setembro.

Lira já cobrou empenho maior do governo federal para tentar aprovar a reforma administrativa, mas dificilmente a pauta, que é impopular, sairá do papel.

Como a perspectiva é a de que nenhuma dessas reformas avançará em 2022, o presidente da Câmara deve terminar sua gestão na Presidência da Casa sem deixar uma marca forte, que represente o seu mandato-a título de comparação, Maia conseguiu aprovar a também impopular Reforma da Previdência.

Para além da economia, Lira tentou emplacar um conjunto de medidas visto por opositores como uma "pauta da vingança" contra a Operação Lava Jato, da qual o parlamentar foi um dos alvos.

O deputado tentou acelerar a tramitação de uma

proposta de emenda à Constituição que ampliava a blindagem a deputados, mas não obteve apoio suficiente na Casa para colocar a medida em votação.

Mais recentemente, a PEC que aumentava a influência do Congresso Nacional no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) foi derrotada por falta de 11 votos.

Lira também tentou incluir na reforma eleitoral uma determinação de quarentena a juízes e procuradores, mas o texto foi abrandado e, hoje, está sob análise do Senado.

Por outro lado, o presidente da Câmara dos Deputados obteve sucesso em aprovar projeto que flexibilizou a Lei de Improbidade Administrativa, prevendo punição só em casos em que seja provado do-lo no dano ao erário.

Apesar do alinhamento ao Palácio do Planalto, o primeiro ano da gestão Lira registrou alguns (poucos) embates com o Executivo de Jair Bolsonaro.

Um dos momentos de tensão ocorreu no auge da defesa, por grupos bolsonaristas, da aprovação de um projeto de impressão do comprovante do voto do eleitor.

Sob o argumento de que o assunto deveria ter um desfecho, Lira levou a PEC para votação em plenário, mesmo ela tendo sido derrotada em comissão especial criada para analisar seu mérito.

O resultado não mudou: a proposta acabou igualmente rejeitada, por falta de 70 votos para que se chegasse ao apoio mínimo necessário (308).

Mesmo após assumir a Presidência da Câmara, Lira manteve traços que já marcavam sua atuação parlamentar. Críticos e aliados sempre destacam que o atual presidente da Casa tem como uma de suas principais características a de cumprir acordos firmados.

Se antes o deputado federal usava como trunfo a influência do centrão junto ao governo da vez, agora, como presidente, passou a contar com as persuasivas e bilionárias emendas federais de livre destinação, as chamadas emendas de relator.

Na divisão com o Senado, coube a Lira o controle sobre emendas no valor de R\$ 11 bilhões, o que foi fundamental para aprovação de projetos do governo e de seu interesse, além da manutenção de apoio em torno de seu nome durante o comando da Casa.

Tanto é que o presidente da Câmara é candidato à

reeleição em 2023, seja quem vença a disputa à Presidência, como ele próprio reconheceu em entrevista à Folha.

"A oposição foi bem atendida por ele, nos acordos que fizeram, e as pautas todas foram andando. O RP-9 [emenda de relator] foi um fator que permitiu a ele ter apoio. Quem inventou foi o Maia [antecessor]. Ele [Lira] sabe usar, tem habilidade, mas não tem fato novo, sempre existiu", disse o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Ele é direto ao responder à pergunta sobre se considera Lira candidato à reeleição para a Presidência da Câmara, ganhe quem ganhar a eleição para a Presidência da República em 2022: "Cem por cento." O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSUSP), um dos filhos do presidente, também avalia de forma positiva o trabalho de Lira na Casa.

"Ele continua cumprindo com o que ele prometeu na campanha para a Presidência, que é colocar em pauta os projetos de interesse nacional. Obviamente tem a oposição [a ele], é natural da democracia, mas com certeza é positiva a avaliação do Lira, dá de mil a zero no anterior, o Rodrigo Maia, porque antigamente o Rodrigo Maia era o sabotador da República." Sobre as emendas de relator, Eduardo Bolsonaro foi lacônico, dizendo que esse é um assunto mais de governo e que Lira é conhecido por ser um bom articulador.

"Ele fala com todo mundo, certamente ele conduz da melhor maneira possível." Além do estilo centralizador e afeito aos bastidores, Lira também não tem demonstrado pudor em aprovar alterações de regras da Casa a depender dos seus interesses mais imediatos.

Em um dos exemplos mais notáveis, voltou u atrás em uma decisão e permitiu o voto de deputados que estavam fora de Brasília, em viagem em missão oficial, para tentar ele -vara chance da aprovação da PEC dos Precatórios.

A proposta foi aprovada por uma margem estreita de votos, apenas quatro a mais que o necessário, o mesmo número de votos favoráveis dados por meio da manobra de Lira.

Como a Folha mostrou, ao menos um desses votos foi dado de forma irregular, pelo deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), que estava fora de Brasília não em missão oficial, mas participando de um compromisso em Minas Gerais ao lado do governador Romeu Zema (Novo).

Na parte eleitoral, tentou emplacar a maior reforma desde a Constituição de 1988, também encurtando

prazos de tramitação de ações, mas as medidas aprovadas para 2022 se resumiram a poucos pontos específicos.

"Ele acabou completamente com o regimento, não existe mais processo legislativo. A maneira como ele atropela e tensiona o debate -em vez de buscar um consenso, ele quer jogar a pauta dele goela abaixo, e te retaliar se você não votar- só gerou desgaste e diminui a chance de ele alcançar a pretensão à reeleição da Câmara", afirmou o deputado Kim Katagiri (DEM-SP).

Procurado, Lira não se manifestou sobre pontos específicos ou quis fazer um balanço geral de sua gestão na Presidência da Câmara até agora.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49773&_ga=2.11786748.911975764.1640632616-1246179861.1635424175

Agências bancárias funcionam para o público até quinta-feira

Após o feriado de Natal, quando as agências trabalharam em horário reduzido, os bancos retomam ontem (27) o horário normal de funcionamento, das 10h até 16h. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o último dia útil para atendimento ao público, com expediente normal para a realização de todas as operações bancárias solicitadas pelos clientes, será 30 de dezembro. No dia 31, as agências bancárias não vão abrir para atendimento.

A Febraban lembra que as agências bancárias não funcionam em feriados oficiais, sejam municipais, estaduais ou federais. Dessa forma, os bancos não funcionam nos dias de Natal e de ano-novo. Nesses casos, a Febraban orienta a população a utilizar os meios eletrônicos de atendimento bancário, como mobile e internet banking, caixas eletrônicos, banco por telefone e correspondentes para fazer transações financeiras.

Além disso, os carnês e contas de consumo (como água, energia, telefone, etc.) vencidos no feriado poderão ser pagos sem acréscimo no dia útil seguinte.

Normalmente, os **tributos** já estão com as datas ajustadas ao calendário de feriados, sejam federais, estaduais ou municipais. Os clientes também podem agendar os pagamentos das contas de consumo ou pagá-las nos caixas automáticos. Já os boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos poderão ser agendados ou pagos por meio do Débito Direto Autorizado (DDA).

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3

343

Risco de maior inadimplência cresce com estagflação

MÁRCIA DE CHIARA / COLABOROU HELOISA SCOGNAMIGLIO

Além da forte alta dos juros básicos e do aumento dos depósitos compulsórios, outro fator que tem pressionado para cima as taxas dos financiamentos ao consumidor é o risco de calote. Segundo o diretor executivo da Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade, Miguel Ribeiro de Oliveira, a inadimplência responde por um terço dos juros na ponta do consumidor.

Em razão de várias medidas adotadas pelos bancos desde o início da pandemia - como pausar contratos, oferecer carência, postergar parcelas e dar mais flexibilidade na renegociação das dívidas atrasadas -, a inadimplência não aumentou.

Mas, agora, com as expectativas se deteriorando e o País em estagflação, os especialistas afirmam que será difícil adiar o calote novamente. "Do jeito que estamos, com tantos números negativos, vamos ver um aumento da inadimplência a partir do primeiro trimestre, e essas expectativas negativas já estão refletidas nas taxas atuais de juros dos empréstimos", prevê Oliveira.

Nicola Tingas, economista- chefe da Acrefi, associação que reúne as financeiras, observa que sinais de aumento da inadimplência estão a caminho.

O atraso entre 15 e 90 dias no pagamento das parcelas subiu em outubro especialmente na linha do rotativo do cartão de crédito e, em menor intensidade, no cartão parcelado, no cheque especial e no financiamento de veículos, segundo dados do Banco Central. "Há um risco alto de aumento da inadimplência no futuro", alerta.

Para ele, o aumento do atraso no cartão é sintoma de falta de dinheiro e estrangulamento do orçamento. No momento, as pessoas estão tentando acomodar o orçamento: atrasam a parcela do veículo para fazer a compra do supermercado, exemplifica.

Mas, na sua opinião, se não houver uma melhora da atividade e da renda, o quadro pode piorar até o final do primeiro trimestre.

ADIAMENTO.

Em setembro passado, a publicitária Loyde Cristina das Dores, de 24 anos, por exemplo, resolveu comprar um carro usado. Escolheu um Citroën C3 2015, que custava R\$ 35 mil. Mas quando viu o efeito dos juros no financiamento, adiou os planos.

Com uma entrada de R\$ 10 mil, o saldo de R\$ 25 mil seria parcelado em 48 vezes de R\$ 1.040. O total financiado sairia por R\$ 49.920. "Por conta dos juros, o valor a ser financiado foi de R\$ 25 mil para quase R\$ 50 mil. É desanimador. A gente tenta se organizar, juntar uma boa quantia, na intenção de reduzir as parcelas. E a realidade é que os juros nos fazem desanimar da compra", afirma.

Indicação Números do Banco Central referentes a outubro já mostram aumento de atrasos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas recomendam contribuir cedo e evitar taxas

JOÃO SORIMA NETO

Os títulos públicos são uma das principais alternativas para quem quer ter um complemento de renda quando se aposentar, segundo especialistas. Mas o mercado brasileiro de previdência privada ganhou fôlego novo, nos últimos anos, com a chegada de novas gestoras e fintechs, que passaram a oferecer produtos mais sofisticados -e arriscados -com tíquetes de entrada a partir de R\$ 100.

Seja para quem vai aplicar em títulos públicos, ações, câmbio, debêntures e CDBs com o objetivo de aposentadoria, a recomendação dos gestores é a mesma: começar o mais cedo possível e ser regular (ou seja, fazer depósitos constantes, de preferência mensais) a fim de obter um bom retorno no futuro.

- Sempre recomendo às pessoas que pensam em aposentadoria privada priorizarem investir diretamente em títulos públicos. A pessoa não paga taxa nenhuma a qualquer instituição, tem o governo federal como fiador dos papéis, o que significa risco mais baixo. E, mesmo que a corretora ou gestora quebre, os ativos estão custodiados na B3 -diz Paulo Bittencourt, consultor de investimentos independente.

Ele lembra que, com a Selic a 9,25%, os títulos Tesouro IP-CA, por exemplo, com vencimento em 2035 já oferecem **inflação** mais juros reais de 5,15% ao ano, uma excelente rentabilidade.

Já Rodrigo Knudsen, gestor da Vítreo, lembra que os títulos do Tesouro Direto com vencimento em 2050 são uma alternativa para quem procura produtos de longo prazo pensando em previdência. Nesse sentido, o Tesouro Direto ajudou a democratizar um pouco a ideia de investimento no longo prazo.

Segundo ele, o título específico que o governo pretende lançar deve trazer algum benefício tributário para torná-lo mais atraente. Ainda assim, ele observa que brasileiros precisam avançar no tema da educação financeira para planejar a aposentadoria: - Muita gente não sabe o que é a marcação a mercado, por exemplo (ajuste diário no valor dos títulos que mostra quanto valeria o ativo se fosse vendido naquele momento). Esse ajuste pode ser negativo, o que impacta a aplicação. Isso assusta muita gente. Mas se deixar o capital aplicado até o vencimento, o investidor

recebe o que foi acertado no início.

SEM TAXA DE CARREGAMENTO A Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divide em quatro categorias os fundos de previdência privada: renda fixa (títulos, debêntures, CDBs), balanceados (até 15% dos recursos em ações), multimercados (parte em moedas, ações e juros) e ações (papéis de empresas negociados na Bolsa).

Quem aplica em um fundo de previdência por meio de uma corretora, banco ou gestora paga uma taxa de administração para ter um profissional buscando a melhor oportunidade de ganho. Há taxas que começam em 0,2% ao ano, mas alguns gestores cobram até 6%. Em fundos com maior risco embutido, como os de ações, as taxas costumam ser mais altas.

Com relação aos tradicionais planos de previdência privada, há dois tipos: o VG-BL (Vida Gerador de Benefício Livre) e o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). O PGBL é mais indicado para quem faz a declaração do Imposto de Renda pelo modelo completo, aproveitando benefícios fiscais, como profissionais liberais. As contribuições realizadas no PGBL podem ser deduzidas até o limite de 12% ao ano.

Já os planos VG-BL não oferecem benefício fiscal. Por isso, os especialistas os indicam para quem faz a declaração de IR simplificado, principalmente trabalhadores com carteira assinada.

Como esses investimentos são feitos para resgates em dez, 20 ou 30 anos, quem só saca no fim do prazo paga menos imposto se optar pela tributação regressiva. Nesse regime, o imposto pago no saque, que começa em 35%, pode cair a 10% em um período superior a dez anos. Na tabela progressiva, o imposto incide sobre o valor da aplicação. Por isso é mais indicada para resgates menores e mais curtos. A alíquota para os maiores valores chega a 27,5%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas veem Selic em 11,75% ao fim do próximo ano

Victor Rezende, Felipe Saturnino e Anais Fernandes De São Paulo

Levantamento do Valor com 107 instituições financeiras e consultorias aponta um juro básico de 11,75%, na mediana das projeções, no fim de 2022. Esse é o mesmo nível estimado para o fim do atual ciclo de alta de juros, ou seja, na média, o mercado já não aposta em reduções na taxa após a conclusão do chamado "aperto monetário".

Na pesquisa realizada antes da última decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), os economistas de mercado já projetavam a Selic em 11,75% no fim do ciclo, mas mais analistas apontavam redução a partir da segunda metade do ano e por isso a mediana indicava taxa mais baixa no fim de 2022, de 11,5%.

"O cenário de **inflação** não vai permitir que o BC pense em corte de juros, sob o risco de perder as expectativas", afirma o economista-chefe e sócio da Quantitas, Ivo Chermont. "Se nós estivermos certos sobre a **inflação**, as expectativas para 2023 vão piorar lá pelo meio do ano que vem", diz. A Quantitas, no momento, projeta o IPCA em 5,8% em 2022, bem acima do teto da meta (5%).

Diante de uma atividade econômica que já se mostra bastante frágil no curto prazo, Marco Maciel, sócio e economista da Kairós Capital, acredita que, no fim de 2022, o Copom poderia decidir começar a reduzir a Selic. Há quem esteja ainda mais otimista, como o presidente do Banco Ribeirão Preto (BRP), o economista Nelson Rocha Augusto, para quem surpresas positivas na **inflação** podem trazer o juro para 9% no fim do ano que vem. Ele, no entanto, é voz isolada.

Há, ainda, uma discussão no mercado sobre o ritmo de elevação da Selic já na primeira decisão do Copom de 2022. Neste momento, a maioria espera alta de 1,5 ponto nos juros em fevereiro. Mas há partidários de um aumento menos intenso da Selic, de um ponto. Páginas C1 e C3

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187101

Em meio à baixa liquidez, Ibovespa inicia semana em alta

Matheus Prado e Marcelo Osakabe De São Paulo

Com mais uma semana de baixa liquidez pela frente, os mercados locais voltaram a espelhar, com certas oscilações, os rumos dos seus pares internacionais no pregão de ontem. Em relação às operações da semana passada, no entanto, os investidores passaram a adotar um tom levemente mais positivo, tratando o avanço da variante ômicron do coronavírus como um risco mais transitório.

"Registramos uma queda na volatilidade dos mercados, com o avanço da variante sendo lido como mais uma "onda" pontual. A inflação global é um risco, mas de prazo mais longo. A mudança de postura dos bancos centrais, neste momento, parece superada", disse em nota Dan Kawa, CIO da TAG Investimentos.

Assim, o Ibovespa fechou ontem com ganho de 0,63%, aos 105.554 pontos. Entre as maiores altas, destaque para papéis relacionados ao consumo interno, que avançaram após os dados de venda no Natal não indicarem um cenário tão negativo. As vendas deste ano nos shoppings tiveram crescimento real de 10% na comparação com a temporada de compras do ano passado, divulgou a Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings).

A ação ON da Magazine Luiza puxou a fila e teve valorização de 9,35%, repercutindo também o anúncio da empresa de que irá emitir R\$ 2 bilhões em debêntures. Via ON subiu 8%, Americanas ON ganhou 3,81% e Lojas Americanas PN avançou 3,96%.

As petroleiras, por sua vez, aproveitaram a alta de mais de 3% nos contratos futuros do Brent no mercado internacional para avançar. PetroRio ON subiu 4,87%, Petrobras ON ganhou 1,97% e Petrobras PN, 1,48%. A XP retomou a cobertura da estatal com recomendação de compra.

Na parte de baixo do índice, as companhias do setor aéreo sofreram, espelhando o movimento de seus pares internacionais e após o cancelamento de centenas de voos ao redor do mundo por temores em relação ao avanço da variante ômicron. O papel preferencial da Azul sofreu desvalorização de 2,99%, enquanto Gol PN recuou 2,12%.

Já o dólar, que abriu em alta firme e chegou a ser

negociado acima de R\$ 5,70, foi perdendo força ante o real, a exemplo do que ocorria com vários pares internacionais, e fechou o dia com queda de 0,36%, a R\$ 5,6387.

"O que ditou o ritmo foi justamente a falta de liquidez, já que qualquer posição feita acaba gerando movimentos bruscos", ponderou a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta. "No período da manhã ainda existe uma movimentação maior, mas à tarde quase não vemos negociação." A semana marca ainda o fechamento da última Ptax - taxa de câmbio calculada pelo BC - do ano, na quinta-feira, o que pode aumentar a volatilidade.

No mercado de juros, o baixo volume de negócios fez com que as taxas futuras encerrassem o pregão com poucas oscilações. No fim da sessão regular, a taxa do contrato do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 subia de 11,59% para 11,64%, enquanto as dos contratos para janeiro de 2025 e 2027 encerraram inalteradas em 10,58% e 10,53%, respectivamente.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187101

Projeção para IPCA de 2021 cai

A mediana das expectativas apurada no Relatório Focus para o IPCA, o índice de **inflação** oficial, segue apontando que 2022 pode ser o segundo ano consecutivo de rompimento da meta a ser perseguida pelo Banco Central. A projeção seguiu em 5,03%, contra 5,00% do teto da meta do ano que vem, conforme divulgação nesta segunda-feira, 27, pelo BC. Há um mês, a previsão era de 5,00%. Para 2021, a mediana continuou em dois dígitos, passando de 10,04% para 10,02%. A estimativa era de 10,15% há quatro semanas.

A banda superior do objetivo inflacionário deste ano é de 5,25% e o BC precisará divulgar uma carta aberta no começo de janeiro para explicar o estouro da meta.

Considerando as 60 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para o IPCA de 2021 passou de 10,03% para 10,00%. Para 2022, foram feitas 60 atualizações nos últimos cinco dias, com a estimativa variando de 5,02% para 4,98% - dentro do intervalo perseguido pelo BC.

A expectativa para o IPCA em 2023 passou de 3,40% para 3,38%, enquanto, para 2024, a mediana permaneceu em 3,00%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,42% e 3,10%, respectivamente. A meta para 2023 é de **inflação** de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%). Já para 2024 o objetivo é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (de 1,5% para 4,5%).

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 10,2% em 2021, 4,7% em 2022 e 3,2% em 2023. O colegiado elevou a Selic em 1,5 ponto percentual, para 9,25% ao ano.

O BC deixou de publicar, no documento do Focus, as projeções sobre o Top 5. Estes dados podem ser consultados no Sistema de Expectativas de Mercado.

Inflação para os meses Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA em dezembro de 2021, de 0,71% para 0,69%, conforme o Relatório de Mercado Focus. Um mês antes, o percentual projetado era de 0,75%.

Para janeiro de 2022, a projeção no Focus passou de alta de 0,51% para 0,48%, de 0,56% há quatro semanas.

O Relatório Focus também trouxe revisão na projeção

para o IPCA em fevereiro do próximo ano, que variou de 0,69% para 0,70%. Há um mês, estava em 0,66%. Doze meses A **inflação** suavizada para os próximos 12 meses passou de alta de 5,16% para 5,11% de uma semana para outra - há um mês, estava em 5,48%.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10742>

Índice de confiança atinge o menor patamar em 1 ano, aponta a FGV

O índice que mede a confiança da indústria no Brasil teve sua quinta queda consecutiva em dezembro, fechando o ano no nível mais fraco em mais de um ano, com uma avaliação menos favorável sobre o momento atual e expectativas mais cautelosas para 2022.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 2,0 pontos este mês, a 100,1 pontos, seu menor nível desde agosto do ano passado (98,7), mostraram dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"O resultado de dezembro vem puxado por uma avaliação menos favorável sobre a situação corrente, bem como por expectativas mais cautelosas para 2022. Tal resultado se explica por problemas que se estenderam ao longo do ano, como pressão nos custos, escassez de insumos e elevada incerteza" afirmou, em nota, a economista da FGV/Ibre, Claudia Perdigão.

"Além disso, desemprego e a **inflação** comprimem a demanda das famílias, reduzindo a demanda, o que influencia não apenas a avaliação da situação corrente, mas também torna as projeções para 2022 mais cautelosas", disse a economista.

Sobre a escassez de insumos, segundo Claudia Perdigão, espera-se uma normalização a partir do segundo semestre do próximo ano.

"Nesse contexto, o setor encerra 2021 com gargalos ainda não resolvidos, incitando recuo das expectativas.", afirmou.

O resultado do mês foi influenciado por uma piora tanto das avaliações sobre a situação atual quanto das perspectivas para os próximos meses. O Índice Situação Atual (ISA) caiu 2,7 pontos, para 101,0 pontos, menor valor desde agosto de 2020 (97,8 pontos). O Índice de Expectativas (IE) caiu 1,2 ponto para 99,1 pontos, menor patamar desde maio desse ano (99 pontos).

Entre os quesitos que compõem o ISA, o pior desempenho se deu no indicador que mede a situação presente dos negócios, que caiu 6,4 pontos para 95,8 pontos, menor valor desde julho de 2020 (87,0 pontos).

Dos indicadores que integram o IE, o emprego previsto para os próximos meses foi o que mais influenciou na queda do ICI no mês de dezembro, ao cair 2,0 pontos para 101,8 pontos, menor nível desde maio (101,5 pontos). Após a alta no mês passado, as perspectivas sobre a produção para os próximos três meses caíram 1,1 ponto para 98,8 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada cedeu 1,0 ponto percentual, para 79,7%, mesmo nível observado em agosto de 2021. (

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-28-12-2021/>

Retrospectiva 2021 - O que aconteceu com economia? (Artigo)

Jussara Carvalho Batista Esteves

Em 31 de dezembro de 2020 o Boletim Focus, previu para 2021 uma **inflação** de 3,32% - dentro da meta de 3,75%, crescimento de 3,40% do **PIB** (Produto Interno Bruto) - e a taxa Selic em míseros 3% ao ano. Um paraíso, se comparado aos números de hoje. E o que aconteceu com a economia em 2021?

Infelizmente nada disso aconteceu. Com novas variantes da Covid-19 apresentando mais de 618 mil vidas perdidas, o descontrole inflacionário e fiscal, fez cair todas perspectivas previstas para a economia brasileira em 2021. A **inflação**, especificamente, foi um dos principais fatores que atrasaram a retomada da economia. Para quem esperava uma **inflação** de 3,32%, conviver com alta de 10,74% nos preços não é nada fácil. Entre os itens que mais subiram estão os combustíveis, que acumulam 38,29% de variação no ano; a energia elétrica com alta de 30,27% no ano e o gás de cozinha, que já subiu 37,86% em 12 meses. Como 60% do **PIB** brasileiro é consumo das famílias, a alta nos preços reduziu a intenção de compras e retardou o crescimento da economia. A desvalorização cambial com aumento dos preços das commodities e a crise hídrica, foram fatores que fortaleceram o processo inflacionário este ano.

Para conter a **inflação**, o Banco Central elevou a taxa de juros Selic para 9,25% o maior patamar desde 2017. Os juros cresceram 7,25 pontos percentuais em 2021, avanço mais expressivo da série histórica. Os juros altos, inibem o consumo das famílias, diminuem o crescimento e conseqüentemente, elevam os números de desempregados no país que fecha em aproximadamente 13,5 milhões. O pior é que nem os juros altos, foram capazes de atrair capital estrangeiro. O atraso com as reformas administrativa e tributária, o descaso com o aumento do desmatamento na Amazônia, além de manobras para furar o teto de gastos, afugentaram o fluxo de capital e pesaram negativamente para o desempenho real da economia.

O Governo Federal retardou Auxílio Emergencial criado em 2020, para ajudar os trabalhadores afetados pela pandemia.

Além disso, ele foi encerrado em outubro, deixando pelo menos 22 milhões de brasileiros vivendo sem o benefício. A saída de quem se viu sem essa renda, foi

tentar o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, em novembro deste ano. Mas por enquanto, o programa só está atendendo a quem já estava no Bolsa. Com o fim da ajuda emergencial, milhares de brasileiros estão tendo que se virar, sem emprego e sem dinheiro nem mesmo para colocar comida na mesa. Para entendermos melhor, no ano passado, o Auxílio Emergencial pagou 9 parcelas de abril a dezembro - 5 de R\$ 600 e 4 de R\$ 300, podendo chegar ao dobro para mães solteiras - para 66 milhões de pessoas. Já neste ano, os pagamentos foram retomados entre abril e outubro, porém, com valores menores - de R\$ 150 a R\$ 375 - e para um número bem menor: 39,4 milhões de brasileiros.

Um dos motivos para essa queda de beneficiários é que, somente uma pessoa da família pôde receber o auxílio, ao contrário do ano passado, que poderiam ser até duas.

Essa crise econômica nunca vista no país, com juros altos, desemprego alto, renda em queda e taxa de câmbio subindo, afetou diretamente o orçamento familiar, diminuindo significativamente a capacidade de pagamento das famílias.

O total de brasileiros endividados chegou a 74% da população em setembro, 1,1 ponto percentual (p.p.) acima do verificado em agosto, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com setembro de 2020, o nível de endividamento da população ficou 6,8 p.p. acima.

Então, para economia, 2021 infelizmente não foi um dos melhores anos e alguns economistas preveem que essa situação da economia tende a ainda permanecer até o primeiro semestre de 2022, entendendo que tanto a **inflação** quanto os juros, ainda permanecerão altos, o que exige das famílias cautela e mais atenção no orçamento familiar. Porém, é importante criar esperança de dias melhores para a economia e para o bem estar das famílias brasileiras. Sendo assim, um ótimo Ano Novo para todos.

* Jussara Carvalho Batista Esteves, economista. M. Sc.

Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal

de Sergipe (UFS). Pós-graduação em
Desenvolvimento Econômico Regional (UFS).
Educadora Financeira da @planejarse77.

O quão livre será o Brasil em 2022? (Artigo)

Allan Augusto Gallo Antonio

À medida que se aproxima o final do ano, é natural que façamos uma retrospectiva do que aconteceu ao longo do período que se encerra, ao mesmo tempo em que nos questionamos sobre o que devemos esperar do ano que se iniciará.

A verdade é que, desde o início do flagelo sanitário causado pela Covid- 19, todos nós acabamos tendo de lidar com certo grau de incerteza a respeito do futuro, pois o mundo passou por profundas transformações desde o início de 2020. O medo, sentimento tão próprio dos seres humanos, pautou as ações dos agentes privados e públicos de forma a alterar previsões econômicas, políticas e sociais.

No centro dessas alterações estão questões que afetam a liberdade de todos, tanto em seu aspecto político quanto no econômico. O combate à doença, que vitimou tantas pessoas ao redor do mundo, fez sentir o seu impacto no agigantamento do Estado e na consequente redução das liberdades civis fundamentais. No ímpeto de combater um mal desconhecido, agentes públicos optaram por medidas de caráter perdulário e autoritário, relaxando as políticas fiscais e monetárias e aumentando o escopo de seu poder de polícia. A austeridade, a educação e a conscientização foram largamente substituídas por medidas de caráter pouco liberal, para dizer o mínimo.

Com tanta extravagância, é natural que os próximos anos cobrem o seu preço da sociedade. No espectro social, o Estado provou ser capaz de interferir em esferas que antes eram reservadas apenas aos indivíduos, como as liberdades de trânsito, culto e comércio, as quais foram relativizadas sob o manto da constitucionalidade e justificadas (ainda que por uma causa nobre) pela supremacia do interesse público. É justamente quando os fins parecem justificar os meios que a liberdade é mais ameaçada.

Ainda é cedo para mensurarmos o impacto que tudo isso teve em nossas liberdades, principalmente na econômica, mas podemos olhar para pesquisas como o Índice de Liberdade Econômica, elaborado em nível nacional pelo Instituto Fraser do Canadá e, em nível estadual, feito pelo Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, para arriscar alguns "palpites educados".

No âmbito nacional, os indicadores que compõem o referido índice levam em conta: I) o tamanho do governo; II) o sistema legal e de proteção aos direitos

de propriedade; III) a estabilidade monetária; IV) a liberdade de comercializar internacionalmente; e V) a regulação. Analisando o possível cenário futuro, com base em dados de 2019, fica claro que tanto o tamanho do governo aumentou quanto a estabilidade monetária foi comprometida pelas medidas de auxílio e socorro que fazem seus efeitos serem sentidos na **inflação**. A liberdade de comercializar internacionalmente também foi afetada, com o fechamento de diversas fronteiras e o surgimento de um suposto gargalo logístico. Nesse aspecto, não apenas o Brasil, mas praticamente o mundo inteiro se encontra na mesma delicada situação.

No cenário estadual brasileiro, os indicadores que compõem o referido índice levam em conta: I) gastos do governo; II) tributação; e III) regulamentação dos mercados de trabalho.

Nessa esfera, embora existam Estados mais livres do que outros, a situação geral que se espera não é animadora, pois os governos estaduais parecem ter gastado muito e não tão bem, ao passo que a tributação também foi ampliada pelo aumento de diversas alíquotas.

Diante desse cenário pouco otimista, a liberdade no país provavelmente não melhorará no período eleitoral de 2022, pois em anos eleitorais tradicionalmente ocorre um aumento nos gastos do governo, que, combinado com o surgimento de promessas de campanha pouco republicanas, acabam por comprometer ainda mais o desenvolvimento de um país verdadeiramente livre.

Allan Augusto Gallo Antonio, Analista do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16392>